

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ARIEL DO NASCIMENTO SILVA

A EXIGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO
SETOR PÚBLICO NOS CONCURSOS REALIZADOS EM 2013 E 2014

Orientador: Prof. Ms. Ednei Morais Pereira

GOIÂNIA
2015

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Júlio Orestes da Silva
Coordenador do curso de Ciências Contábeis

ARIEL DO NASCIMENTO SILVA

**A EXIGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO
SETOR PÚBLICO NOS CONCURSOS REALIZADOS EM 2013 E 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE da Universidade Federal de Goiás – UFG, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel do curso de Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Ms. Ednei Morais Pereira.

**GOIÂNIA
2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Silva, Ariel do Nascimento

A exigência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao
Setor Público nos concursos realizados em 2013 e 2014.

[manuscrito] / Ariel do Nascimento Silva. - 2015.

XLI, 41 f.: il.

Orientador: Prof. Ednei Morais Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal
de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e
Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Cidade de
Goiás, 2015. Bibliografia.

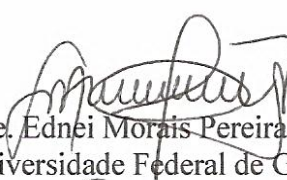
Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Concurso Público. 2. Convergência Internacional do Setor
Público. 3. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor
Público. I. Pereira, Ednei Morais, orient. II. Título.

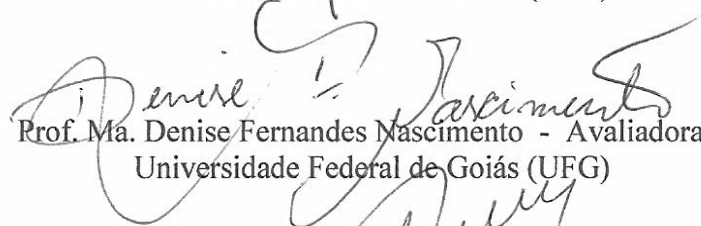
ARIEL DO NASCIMENTO SILVA

**A EXIGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO
SETOR PÚBLICO NOS CONCURSOS REALIZADOS EM 2013 E 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. Me. Ednei Morais Pereira - Orientador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Ma. Denise Fernandes Nascimento - Avaliadora 1
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Me. Johnny Jorge de Oliveira - Avaliador 2
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 23 de junho de 2015.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento vai ao maior merecedor, o criador, cujo nome não se sabe, mas o título é Deus. Aquele que não se pode ver, mas deixou suas digitais na criação. Agradeço-o pela oportunidade de viver, pela saúde e a possibilidade de lutar por dias melhores.

Aos meus queridos pais, Adão e Cida, pelo esforço em transmitir caráter e pelos conselhos. À minha bela namorada, Sara, pelo apoio.

Ao orientador Ednei Morais pelas suas contribuições e cruciais ponderações para que este trabalho se concretizasse.

Por fim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram nessa jornada universitária, especialmente a minha turma de 2010/2.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 – Processo de Análise de Relação e Alinhamento.....	26
Gráfico 1 – Concursos realizados em 2013 e 2014 por banca.....	29
Gráfico 2 – Concursos realizados por esfera da Administração Pública.....	30
Gráfico 3 – Frequência das Faixas de Remuneração.....	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	18
Quadro 2 – Parâmetro para identificação de Relação e verificação de Alinhamento.....	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de concursos abertos antes e após a Resolução do CFC 1.437/13.....	24
Tabela 2 – Quantidade de concursos que atenderam aos critérios para a amostra.....	29
Tabela 3 – Distribuição dos cargos e suas vagas.....	31
Tabela 4 – Classificação das remunerações.....	32
Tabela 5 – Correlação entre as variáveis.....	33
Tabela 6 – NBCASP exigidas.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANPAC – Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos.
- BRICS – *Brazil, Russia, India, China, and South Africa.*
- CF – Constituição Federal.
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade.
- CGC – Comitê Gestor de Convergência.
- CNE/CES – Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior
- CNM – Confederação Nacional dos Municípios.
- CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.
- FMI – Fundo Monetário Internacional.
- IASB – *International Accounting Standards Board.*
- IASC – *International Accounting Standards Committee.*
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
- IES – Instituição de Ensino Superior.
- IFAC – *International Federation of Accountants.*
- IFRS – *International Financial Reporting Standards.*
- IPSAS – *International Public Sector Accounting Standards.*
- IPSASB – *International Public Sector Accounting Standards Board.*
- LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.
- MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- MDF – Manual de Demonstrativos Fiscais.
- MME – Ministério de Minas e Energias
- MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
- NICSP – Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público.
- PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
- SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences.*
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional.

RESUMO

SILVA, Ariel do Nascimento (2015). A exigência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público nos concursos realizados em 2013 e 2014. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

A contabilidade pública no Brasil passa por significativas mudanças rumo à convergência das normas internacionais. Essas mudanças implicam na preparação daqueles que pretendem adentrar na carreira pública via concurso, especificamente para os cargos que possuem maior relação com as normas, pois as bancas são as responsáveis pela elaboração das provas destes concursos e precisam estar atualizadas com as normas. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo verificar se os concursos que exigem o diploma de graduação em Ciências Contábeis, realizados pelas principais bancas organizadoras do país nos anos de 2013 e 2014 estão alinhados com a NBC T 16. A amostra foi de 43 concursos realizados pela Cesgranrio, CESPE, FCC e Vunesp. Por análise de conteúdo foram constatadas 142 questões relacionadas às 11 normas, e destas, 100% foram consideradas alinhadas. Conclui-se assim, que as 4 bancas estão de acordo com as novas normas. Das variáveis, Banca e Esfera apresentaram a maior correlação, o que explica a grande proporção de concursos para o âmbito Federal e Estadual. Cerca de 68% dos concursos apresentam remunerações acima de 4 mil reais.

Palavras-chaves: Concurso público; Convergência Internacional do Setor Público; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	16
2.2 CONCURSOS PÚBLICOS	19
2.3 PESQUISAS ANTERIORES	20
3 METODOLOGIA	23
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	23
3.2 COLETA DE DADOS E AMOSTRA	23
3.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE	24
4 ANÁLISE DOS DADOS	29
4.1 ANÁLISE DOS DADOS GERAIS	29
4.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO	33
5 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Segundo Lopes de Sá (1997, p.15) “A contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela”, assim, em razão do seu vínculo com a sociedade, a contabilidade passou por vários períodos evolutivos do conhecimento, sempre acompanhando os progressos sociais, e não somente refletindo mudanças, mas também contribuindo para o desenvolvimento daqueles que dela se utilizam.

Com os processos de integração econômica internacional, a contabilidade vivencia um novo momento, que se iniciou no setor privado em 1973 com a criação do *Internacional Accounting Standards Committee* (IASC) cuja finalidade era criar um modelo de normas que proporcionasse a harmonização contábil entre os diversos países. Posteriormente, em 2001, foi criado o *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) que substituiu o IASC quanto às responsabilidades técnicas, passando a emitir a *International Financial Reporting Standards* (IFRS) para adoção integral (CRUVINEL, LIMA, 2011).

No setor público, o *Internacional Federation of Accountants* (IFAC) criou o *Internacional Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB), que desde 1997 desenvolve normas e orientações voltadas à contabilidade nas entidades governamentais, chamadas *Internacional Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) (IFAC, 2015a).

Conforme o IFAC (2015b), até maio de 2015 foram publicados 38 pronunciamentos, além da Estrutura Conceitual, todos inspirados nas IFRS, e adaptados segundo Lima (2011) às particularidades do setor público. Essas mudanças implicam em uma necessidade de maior comprometimento e transparência por parte dos agentes públicos. Slomski (2003) reforça que a *accountability* deve ter forte presença na administração pública.

Considerado uma das potências emergentes mundiais e classificado por O’Neill (2001) como um dos BRICS (*Brazil, Russia, India, China and South Africa*) o Brasil tem se mostrado cada vez mais influente no cenário econômico mundial, considerado pelo Banco Mundial como a sétima maior economia do mundo em 2013 (WORLD BANK, 2015).

Diante dessa responsabilidade, o Ministério da Fazenda publicou em 2008 a Portaria nº 184, considerada como o marco inicial para o processo de convergência das normas de contabilidade governamental no país, determinando à Secretaria do Tesouro Nacional a incumbência de desenvolver ações que promovam esse objetivo (NASCIMENTO, BOTELHO, LIMA, 2011).

Para a implementação de tais mudanças é necessário que os servidores e gestores envolvidos nos processos sejam capacitados. Assim, a capacitação e adequação dos servidores cujo cargo demande um maior conhecimento das novas normas do setor público, como contadores, auditores e analistas é indispensável (TCE-MT, 2011).

Considerando o ingresso destes cargos no setor público por meio de concurso – conforme o artigo 37, inciso II da Constituição Federal (BRASIL, 1988) alterado pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998 – é importante que as exigências das bancas organizadoras de concursos, estejam alinhadas com as novas normas de contabilidade pública, pois, aqueles que pretendem entrar no serviço público por meio de concurso, se prepararão conforme as exigências das bancas organizadoras.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Considerando o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) com as Normas Internacionais de Contabilidade para ao Setor Público (NICSP), iniciado em 2008, o presente estudo busca responder o seguinte problema: Os concursos realizados pelas principais bancas organizadoras do país em 2013 e 2014, que exigem o diploma de graduação em Ciências Contábeis estão alinhados com as NBCASP?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Este estudo tem como objetivo geral verificar, frente às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, se os concursos que exigem o diploma de graduação em Ciências Contábeis, realizados pelas principais bancas organizadoras do país nos anos de 2013 e 2014 estão alinhados com a NBC T 16.

1.2.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Verificar a associação entre questões relacionadas e questões alinhadas.
- Verificar a relação das variáveis, Banca, Esfera, Cargo e Remuneração com as Normas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Segundo Albrecht e Krawulski (2011) o setor privado gera pressões que exigem dos trabalhadores aperfeiçoamento profissional constante, e essas exigências carregam sobre si a ideia de que a sobrevivência no mercado ocorre pelo esforço do trabalhador em se qualificar.

Contudo, Antunes e Pochmann (2007) ressaltam que apesar dos esforços, muitos trabalhadores permanecem sob ameaça de perderem seu emprego. Alves (2007) reforça ainda que o aumento na qualificação profissional, não garante o aumento no preço da força de trabalho.

Diante desse cenário de ansiedade, a busca pela estabilidade tornou-se o ideal de muitos, que somado à procura por melhores perspectivas salariais, culminou no ‘boom’ do momento: os concursos públicos. Desse modo, o setor público, tornou-se atrativo aos trabalhadores do setor privado, aos estudantes, aos já servidores que almejam salários melhores, e conseqüentemente pelo mercado preparatório. Essa demanda criou a indústria dos concursos, um mercado que segundo dados da Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (ANPAC) movimentam cerca de 50 R\$ bilhões por ano (AMORIM, 2014).

A carreira no setor público também tem atraído muitos profissionais pela diversidade dos cargos e níveis de escolaridade. Em se tratando de nível superior, há concursos para profissionais com graduação específica, como o concurso para Contador do Ministério da Justiça que exige o diploma de graduação em Ciências Contábeis. Há também os concursos que não exigem um diploma de graduação específica, como é o caso dos concursos para Auditor Fiscal da Receita Federal.

No primeiro caso, a concorrência é restrita, no segundo caso é ampla. Considerando os altos salários e a abrangência da possibilidade de aprovação – seja pela restrição a uma só graduação ou pela amplitude da concorrência – as vagas estão cada vez mais disputadas.

Os concursos têm atraído cada vez mais os graduandos e graduados em Ciências Contábeis. Sejam para cargos de suas áreas de atuação ou para concursos de concorrência abrangente como citado anteriormente. Pesquisas realizadas por Lagioia *et al* (2007), Schmidt *et al* (2012) e Rosa (2009) mostram a intenção dos estudantes e egressos do curso de Ciências Contábeis quanto à sua carreira profissional.

Lagioia *et al* (2007) constataram que mais de 40% dos alunos iniciantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Pernambuco almejam entrar no serviço público. Schmidt *et al* (2012) verificaram em pesquisa feita com egressos do curso de Ciências Contábeis em instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, uma grande preferência pela carreira pública. Rosa (2009) demonstrou que 20% dos egressos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pretendiam prestar concurso. Percebe-se desse modo, que há uma demanda significativa visando uma vaga no setor público.

Segundo Nascimento, Botelho e Lima (2011) a contabilidade pública brasileira ainda está fortemente vinculada a conceitos de natureza jurídica e conseqüentemente orçamentária. Porém, com as novas normas aplicadas ao setor, seu enfoque deixa de ser o orçamento e passa a ser o patrimônio público, seu objeto. (MARTINS, 2008).

Desse modo, a convergência das normas contábeis no setor público é um avanço que impacta todos os poderes do Estado em todas as esferas públicas, envolvendo diversos servidores, principalmente aqueles que possuem maior relação ou necessidade de conhecimento destas normas. Com esse novo momento na contabilidade governamental, os já concursados deverão se qualificar e adaptar às mudanças, e aqueles que pretendem adentrar ao serviço público deverão se preparar.

Considerando isso, Nóbrega *et al* (2011) destacam que as bancas organizadoras assumem um papel de utilidade pública, pois são responsáveis pela elaboração, divulgação e organização de concursos públicos. Diante do exposto, acredita-se que a pesquisa se justifica pela sua relevância.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Por quase cinco décadas, a contabilidade pública no Brasil esteve sobre forte influência da Lei 4.320 de 1964. Esta Lei teve como objetivo assegurar o equilíbrio das finanças públicas no país pelo controle dos orçamentos e elaboração de balanços públicos (NASCIMENTO, BOTELHO, LIMA, 2011).

Ao estabelecer as normas gerais do Direito Financeiro, a Lei 4.320/64 reservou o título IX, que segundo Lima, Santana e Guedes (2009) tornou-se o principal diploma legal da contabilidade pública. Apesar de ser o primeiro grande marco da contabilidade pública brasileira, a Lei 4.320/64 não incorporou em sua essência os fundamentos da contabilidade, mas cingiu-se de conceitos orçamentários (NASCIMENTO, BOTELHO, LIMA, 2011).

Em 1986, o Governo Federal criou por meio do Decreto nº 92.452 a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com a atribuição de administrar os sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de contabilidade pública (STN, 2014).

Acompanhando os pontos importantes para a história da Contabilidade Pública no país, em 2000, foi editada a Lei Complementar nº. 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que segundo Araújo e Arruda (2009, p.32) “[...] estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal do Estado.”. Trata-se de um código de conduta para gestores públicos, que objetiva não só o equilíbrio das finanças públicas, mas também a transparência das contas públicas (SOARES, SCARPIN, 2010).

Lima, Santana e Guedes (2009) afirmam que o objetivo de transparência da LRF tem forte relação com a evidenciação das informações sobre o patrimônio público pela contabilidade pública. Para Araújo e Arruda (2009) a LRF contribuiu para o avanço da contabilidade governamental ao considerar no seu artigo 50, inciso II, o reconhecimento da dívida pública e das despesas sobre a ótica do regime de competência. Apesar disso, Soares e Scarpin (2010) ressaltam que mesmo com a contribuição pontual da LRF, a contabilidade manteve seu viés orçamentário.

Assim como no setor privado, cresce no setor público a cobrança por maior qualidade nas informações. As exigências de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e da própria sociedade por maior transparência e responsabilidade nos governos, levou e está levando diversos países a adotarem um modelo que alcance a essência da contabilidade e possibilite a comparabilidade (PWC, 2013).

Em razão da diversidade de práticas contábeis adotadas pelos governos de todo o mundo, o IFAC emitiu as primeiras Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (NICSP), também conhecidas como IPSAS, com o intuito de melhorar a gestão dos gastos públicos e a qualidade na evidenciação das informações governamentais, dos países que a adotarem (SOARES, SCARPIN, 2010).

Foram publicadas até o momento, a Estrutura Conceitual e 38 IPSAS que segundo Nascimento (2008) contribuem para a aplicação concreta dos princípios contábeis da competência e da oportunidade no setor público, ou seja, trata-se de uma contabilidade patrimonial integral, com a correta aplicação dos postulados, dos princípios e das convenções da ciência contábil. Assim, as IPSAS – que são inspiradas nas IFRS – objetivam de modo geral:

[...] a convergência dos critérios de reconhecimento de Receitas e Despesas, Ativos e Passivos, bem como da forma de evidenciação da situação financeira, dos resultados do exercício, das mutações da posição financeira e das mutações no patrimônio líquido no âmbito do Setor Público. (LIMA, SANTANA, GUEDES, 2009).

O IFAC atualmente é composto por 175 membros e associados de 130 países e jurisdições, que representam os 2,5 milhões de contabilistas atuantes nas áreas da educação, indústria, comércio e no serviço público (IFAC, 2015b). O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é um dos membros representantes do Brasil, e devido a esse vínculo com a IFAC tornou-se um dos responsáveis pelo processo de convergência no país (CFC, 2010).

Considerando a participação do Brasil no mercado internacional, a demanda da sociedade por transparência, qualidade e responsabilidade no uso dos recursos públicos e as exigências da IFAC aos membros associados, o Ministério da Fazenda publicou em 2008 a Portaria nº. 184, que deu o passo inicial para o processo de convergência das normas de contabilidade governamental no país, respeitando, porém os aspectos legais, culturais e técnicos do setor público brasileiro (LIMA, 2011).

Conforme Carvalho, Lima e Ferreira (2012) a Portaria nº. 184/08 determinou à STN a tarefa de promover ações que levem à harmonização dos procedimentos contábeis aplicáveis nos entes públicos aos conceitos das IPSAS. Já o CFC na qualidade de regulador, criou em ação conjunta com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) o Comitê Gestor de Convergência (CGC) que se tornou o responsável pela tradução IPSAS no país (CFC, 2010).

Após audiências públicas, o CFC editou em 2008, em consonância com os fundamentos das IPSAS, as 10 primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), reunidas na NBC T 16 ou NBC T SP (CRC-RS, 2014).

Posteriormente, em 2011, foi publicada mais uma norma, a NBC T 16.11 que estabelece a conceituação e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público (CRC-RS, 2014).

Foram emitidas também pelo CFC Resoluções como a 1.268 em 2009 e a 1.437 em 2013 que alteram, incluem e excluem vários itens de algumas das NBCASP. Em outubro de 2014 foi emitida a Resolução NBC T 16.6(R1) dando nova redação a alguns itens da norma sobre as Demonstrações Contábeis do Setor Público, criada pela Resolução 1.133/08 (CFC, 2014). As normas aprovadas até maio de 2015 são as seguintes:

Quadro 1 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

NORMAS TÉCNICAS		
NBC T 16	Resolução do CFC	Descrição
16.1	1.128/08	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação.
16.2	1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis.
16.3	1.130/08	Planejamento e Seus Instrumentos Sob o Enfoque Contábil.
16.4	1.131/08	Transações no Setor Público.
16.5	1.132/08	Registro Contábil.
16.6	1.133/08	Demonstrações Contábeis. (Resolução NBC T 16.6(R1))
16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis.
16.8	1.135/08	Controle Interno.
16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão.
16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.
16.11	1.366/11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Fonte: Elaboração própria com base no Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2015).

Para reforçar a responsabilidade da STN no processo de convergência, foi publicado o Decreto nº 6.976 de 2009, que institui, em seu artigo 7º, dentre outras funções, a elaboração

do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); a definição do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP); a elaboração do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF); a disseminação de planos de treinamento e apoio técnico e a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da União. (CRC-RS, 2014)

De acordo com Cruvinel e Lima (2011) o MCASP “[...] tenta compatibilizar a visão orçamentária com a visão patrimonial”, ou seja, contribuir com o processo de elaboração e execução do orçamento, e ao mesmo tempo resgatar o objeto da contabilidade como ciência, que é o patrimônio.

Desse modo, pelo fato da contabilidade governamental estar em processo de convergência com as normas internacionais, e paralelamente servir a legislação do país, o MCASP é reeditado todos os anos, inserindo os aprimoramentos adequados para atender os dois enfoques (STN, 2013a).

Em se tratando de mudanças, a Cartilha do STN (2013b) cita algumas das principais, como o reconhecimento pelo regime de competência integral, o plano de contas único para todos os poderes e entes federados, e o registro dos fenômenos econômicos como a depreciação, amortização e exaustão.

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 2010) acrescenta também, a adoção de novos modelos e demonstrativos, a reavaliação dos bens patrimoniais, o reconhecimento de provisões e a implantação de sistema de custos. A STN (2013a) ressalta que, apesar das mudanças a contabilidade continuará executando os registros orçamentários.

2.2 CONCURSOS PÚBLICOS

O aumento na quantidade de concursos públicos intensificou-se no mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, em função do déficit de servidores públicos na década de 1990. Esse déficit foi resultado da política do governo Fernando Collor de Melo de enxugamento da máquina estatal e dos milhares de servidores que se aposentaram, e deixaram suas vagas em aberto. A partir desse período a disputa por uma vaga no serviço público se tornou acirrada (NOGUEIRA, 2005).

A Constituição Federal (CF) de 1988 atendendo o princípio da igualdade estabeleceu em seu artigo 37, Inciso I, o direito de acesso dos brasileiros natos ou naturalizados – que

preencham os requisitos estabelecidos em lei – aos cargos e funções públicas na administração direta e indireta na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

O inciso II do artigo 37 CF, alterado pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998 determina ainda que:

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (BRASIL, 1988).

Segundo Dallari (2006) a Constituição Federal Brasileira “[...] não admite castas ou classes de cidadãos”, assim, visando atender o princípio da isonomia, o artigo 37, Inciso VIII da CF de 1988 determina que “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”.

Posteriormente, em 1990, foi regulamentado na Lei 8.112 no artigo 5º, § 2º os critérios de admissão dos portadores de necessidades especiais, determinando o percentual mínimo de 5% e máximo de 20% das vagas oferecidas nos concursos para o âmbito federal. (BRASIL, 1990).

Com o objetivo de garantir a inserção dos negros nos serviços públicos, entrou em vigor em 9 de junho de 2014, a Lei 12.990, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito federal. Conhecida como a Lei das Cotas em concursos públicos, a Lei 12.990 de 2014 tem vigência temporária, com prazo de 10 anos conforme estabelecido no seu art. 6º. (BRASIL, 2014).

A CF (1988) estabeleceu também no seu artigo 41, § 4º que haverá estabilidade aos ocupantes de cargos públicos de provimentos efetivos que atenderem aos requisitos postos em lei. É justamente a estabilidade oferecida nos cargos públicos, um dos principais fatores demandados pelos ‘concurseiros’.

2.3 PESQUISAS ANTERIORES

Nóbrega *et al* (2011) realizaram pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de identificar as exigências de conteúdo nas áreas de Gestão de Finanças Públicas e Contabilidade Pública nos concursos realizados pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE). Das 6 bancas classificadas para a análise, escolheram o CESPE, após

constatarem ser esta a banca organizadora mais atuante no mercado, pois realizou e encerrou 64% dos concursos entre os anos de 2000 e 2009.

A pesquisa teve como base para análise a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis de 2009, elaborada pelo CFC em relação às disciplinas de Gestão de Finanças Públicas e Contabilidade aplicada ao Setor Público.

Foram analisados nesse período, os editais e as provas dos concursos realizados e encerrados que tiveram como requisito para a investidura no cargo, o diploma de graduação em Ciências Contábeis. Assim, classificaram os conhecimentos de Gestão de Finanças Públicas e Contabilidade aplicada ao Setor Público, em 8 grupos, baseados na proposta de conteúdo apresentada pelo CFC.

Quanto a relação contabilidade pública e concurso, Nobrega *et al* (2011) verificaram que entre 2000 e 2009 o CESPE realizou e concluiu 561 concursos. Desse total de concursos realizados, 216 exigiam do candidato, independente da formação requerida, o conhecimento em alguma área de Contabilidade Pública, ou seja, 38,5% dos certames aplicados pelo CESPE fizeram essa exigência. No entanto, do total de cargos que exigiam o conhecimento na área de Contabilidade Pública, 31,2% requeriam o diploma de graduação em Ciências Contábeis.

Com a análise dos conhecimentos exigidos, e das questões das provas, Nóbrega *et al* (2011) concluíram que o conteúdo de Orçamento Público é a subárea da Contabilidade Pública mais requerida dos candidatos nos editais, cerca de 31%. Em relação ao conteúdo cobrado nas questões das provas dos concursos, foi observado que, das 2.105 questões analisadas, o principal conteúdo exigido dos candidatos foi o de Patrimônio Público, com 21,66%. Em segundo lugar e bem próximo ficou o Orçamento Público com 21,09% de participação. A pequena diferença mostra que o enfoque nos editais e nas provas ainda estava relacionado com o viés orçamentário da própria Contabilidade Pública.

Para Nobrega *et al* (2011) os resultados demonstram que as sugestões de conteúdo elaborada pelo CFC atendem ao conhecimento demandado dos candidatos aos cargos públicos. Desse modo, Viana *et al* (2012) complementam esta pesquisa ao afirmar que as ementas das disciplinas dos cursos de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino Superior (IES) precisam estar alinhadas com o currículo proposto pelo CFC, uma vez que, estas IES são responsáveis pela formação e capacitação dos profissionais para os mercados que pretendem entrar.

O CFC (2009) atendendo a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CES n.º 10/04 destaca que a matriz curricular deve ser o reflexo das exigências do mercado, devendo ser ajustada conforme o contexto na qual a instituição de ensino esteja inserida.

Outra pesquisa a ser mencionada é a de Marinelli (2013) cujo objetivo era analisar se havia alinhamento entre os conhecimentos exigidos nos concursos públicos elaborados pelos centros de seleção das Universidades Federais da região Centro Oeste com os conteúdos de formação profissional proposto pelo CFC.

A coleta de dados foi realizada no período entre 2008 e 2012, teve como requisito, os concursos que exigiam diploma de graduação de nível superior em Ciências Contábeis devidamente registrado. Marinelli (2013) classificou as questões por conhecimento específico (conteúdo de formação profissional) e analisou no total 2860 questões.

Feito isso, Marinelli (2013) concluiu que do total de questões analisadas em concurso 87,52% foram classificadas nos conteúdos da Proposta elaborada pelo CFC, ou seja, um índice relevante e que reforça a conclusão de Nóbrega *et al* (2011) quando diz que as exigências nos concursos públicos estão alinhadas com a Proposta Nacional de Conteúdo.

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Conforme Alyrio (2008) *apud* Almeida *et al* (2009), a pesquisa descritiva, além de descrever as características de determinada população, “busca a enumeração e ordenação dos dados sem o objetivo de comprovar hipóteses exploratórias”. Desse modo, em relação ao objetivo, esta pesquisa caracteriza-se com uma pesquisa descritiva.

A pesquisa também se caracteriza como Análise de Conteúdo, pois segundo Vergana (2005) trata-se de uma técnica que trabalha os dados coletados visando identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema.

Para Gil (2002, p.44) “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Já a pesquisa documental “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico”, incluem neste, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Sendo assim, quanto aos procedimentos, este trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental tendo como principais fontes de informações: artigos, editais, provas de concursos, as NBCASP e o MCASP.

3.2 COLETA DE DADOS E AMOSTRA

A Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 – conhecida como Lei das licitações – determinou no inciso XIII do artigo 24 que os órgãos públicos têm autonomia para contratar uma empresa organizadora de concurso com dispensa de licitação, mas desde que esta possua reputação ético-profissional, não tenha finalidade lucrativa e seja reconhecida como de utilidade pública e de notória especialização (NÓBREGA, *et al*, 2011).

Considerando esses critérios, as bancas escolhidas para a análise foram a Fundação Carlos Chagas (FCC), a Fundação Cesgranio, a Fundação Vunesp e o CESPE/UnB, pois segundo Cavallini (2011) além de se enquadrarem nos critérios de dispensa de licitação da Lei 8.666/93, são as quatro maiores organizadoras de concursos do país.

Faz parte da amostra, os concursos realizados em 2013 e 2014 pelas quatro bancas que além de exigirem do candidato o diploma de graduação em Ciências Contábeis, exigem em seus editais – nas programações de conteúdo – as NBCASP.

A coleta de dados foi realizada a partir dos editais, provas e gabaritos disponíveis nos sítios das bancas escolhidas e também no site do PCI concursos <www.pciconcursos.com.br>.

3.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE

Antes de iniciar a análise realizou-se a leitura das NBCASP e foram constatadas Resoluções de alterações das normas como a 1.437 de 2013 – que altera, inclui e exclui itens das NBC T 16.1, 16.2, 16.4, 16.6, 16.10 e 16.11 – e a NBC T 16.6(R1) de 2014 que dá nova redação à NBC T 16.6, norma das Demonstrações Contábeis. Portanto, foi necessário verificar a data da publicação dos editais com a data do início da vigência das resoluções de alteração. Essas considerações sobre as resoluções foram levadas em conta para a análise.

Tabela 1 – Quantidade de concursos abertos antes e após a Resolução do CFC 1.437/13

Resolução de Alteração	Banca Organizadora				Total	Porcentagem
	Cesgranrio	CESPE	FCC	Vunesp		
Antes da 1.437/13	0	5	2	0	7	16,3%
Porcentagem	0,00%	23,8%	14,3%	0,00%		
Após a 1.437/13	1	16	12	7	36	83,7%
Porcentagem	100%	76,2%	85,7%	100%		
Total	1	21	14	7	43	100%
Porcentagem	100%	100%	100%	100%		

Fonte: Elaboração Própria

Com base na Tabela 1, conclui-se que somente 14,3% dos concursos da FCC e 23,8% dos concursos do CESPE, abriram antes da vigência da Resolução 1.437/13, ou seja, antes de 22 de março de 2013. Do total, 83,7% dos concursos foram analisados considerando os efeitos desta Resolução. Foi constatado que nenhum dos concursos que satisfaz a amostra foi aberto após a Resolução NBC T 16.6(R1) de 30 de outubro de 2014.

Para verificar o alinhamento entre as questões e as NBCASP, foi necessário antes, identificar quais questões estavam relacionadas às NBCASP, ou seja, se o assunto tratado no enunciado da questão referia-se às normas. Dentro de conhecimentos específicos, 10 das 43

provas analisadas, ou seja, cerca de 23,3%, apresentaram separação de conteúdo, utilizando títulos e indicando sobre qual matéria está sendo exigida. Por exemplo, “Contabilidade Pública”, “Contabilidade Geral”, “Auditoria”, etc.

Isso permitiu que questões relacionadas às NBCASP fossem encontradas mais facilmente, visto que estão dentro de “Contabilidade Pública”. Para as provas que não apresentaram esse direcionamento por títulos, foi criado um Parâmetro no Quadro 2, com termos e palavras-chave, com o intuito de identificar se as questões estão relacionadas com as normas, e se estão, quais das 11 normas se referem.

Esse processo foi feito para auxiliar na identificação das questões para a análise final de alinhamento. Entende-se questão como Enunciado e Resposta. Ressalta-se também que, esta pesquisa se restringe ao que está expresso nas normas, seus conceitos, classificações e definições.

Examinando as provas, 19% das questões foram expressas em seus enunciados quanto a norma exigida, por exemplo, “De acordo com a NBC T 16.5” ou “Nos termos da NBC T 16.8”. Em 81% das questões não houve clareza quanto norma referente, como exemplo, a questão 59 do concurso para Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Pará realizado em 2014 pela Vunesp, que assim está:

O objeto da contabilidade pública é:

(A) o de refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

(B) o patrimônio público.

(C) o de fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

(D) o conjunto das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, seus conceitos e procedimentos de avaliação e mensuração, registro e divulgação de demonstrações contábeis, aplicação de técnicas que decorrem da evolução científica da Contabilidade, bem como quaisquer procedimentos técnicos de controle contábil e prestação de contas previstos, que propiciem o controle social, além da observância das normas aplicáveis.

(E) o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as Normas Contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.

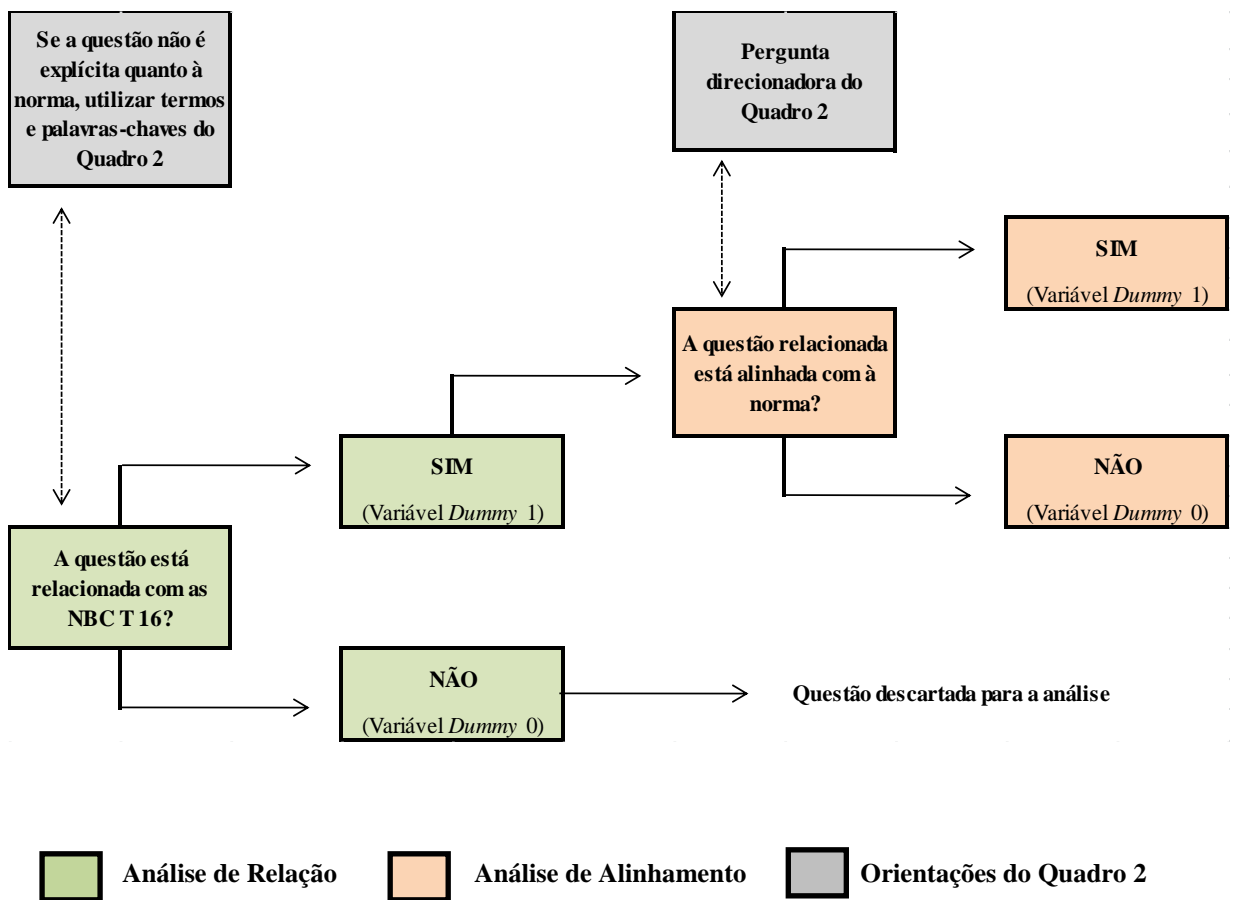
O enunciado não menciona a norma, mas um conteúdo que está na norma. Esta questão está relacionada à NBC T 16.1 (Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação), pois

faz menção ao objeto da Contabilidade Pública. Evidentemente, a questão está alinhada, pois a resposta do gabarito é Patrimônio Público, assim como a norma.

Conforme Valle e Rebelo (2002) a Variável Dummy é uma variável categórica transformada em número (binário), 1 para indicar “presença” e 0 para indicar “ausência” de determinada característica. Assim, foi atribuído a variável *Dummy* 1 para as questões relacionadas e a variável *Dummy* 0 para as não relacionadas. Feito isso, iniciou-se o processo de verificação de alinhamento, ou seja, se as questões relacionadas às normas apresentam as conceituações, classificações, definições e critérios conforme as NBCASP.

Após a identificação das questões relacionadas, foi feito para cada uma delas uma pergunta direcionadora, conforme a norma relacionada. As perguntas direcionadoras de cada norma estão no Quadro 2. Se a questão da prova responde a pergunta direcionadora então há alinhamento. Da mesma forma, a variável *Dummy* 1 foi atribuída às questões alinhadas e a variável *Dummy* 0 para as desalinhadas. O Esquema 1 mostra o processo realizado.

Esquema 1 – Processo de Análise de Relação e Alinhamento



Quadro 2 – Parâmetro para identificação de Relação e verificação de Alinhamento

PARÂMETRO				
Norma	Conteúdo da Norma	Termos ou Palavras-chave no enunciado que a relacionam com as respectivas normas	Se há relação, então a pergunta direcionadora é?	Observação
NBC T 16.1	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação	Recursos controlados, objetivo, objeto, função social, unidade contábil, campo de aplicação.	A questão estabelece a conceituação, o objeto e o campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público conforme a norma?	Esta norma sofreu alterações da Resolução 1.437/2013.
NBC T 16.2	Patrimônio e Sistemas Contábeis	Ativo, passivo, patrimônio líquido, patrimônio público, circulante, não circulante, sistema contábil, subsistema, orçamentário, patrimonial, custos, compensação.	A questão estabelece o conceito de patrimônio público, sua classificação sob o enfoque contábil, o conceito e a estrutura do sistema de informação contábil conforme a norma?	Esta norma sofreu alterações da Resolução 1.437/2013.
NBC T 16.3	Planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil	Avaliação de desempenho, evidenciação, planejamento, interligados.	A questão estabelece os conceitos e as bases para controle contábil do planejamento desenvolvido pelas entidades do setor público conforme a norma?	
NBC T 16.4	Transações no Setor Público	Variações patrimoniais, qualitativas, quantitativas, transações.	A questão estabelece conceitos, natureza e tipicidades das transações no setor público conforme a norma?	Esta norma sofreu alterações da Resolução 1.437/2013.
NBC T 16.5	Registro Contábil	Registro contábil, reconhecimento, mensuração, avaliação, princípios, plano de contas.	A questão estabelece os conceitos e critérios para o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio das entidades do setor público conforme a norma?	Esta norma sofreu alterações da Resolução 1.437/2013.
NBC T 16.6	Demonstrações Contábeis	Demonstração, balanço, orçamentário, patrimonial, financeiro, variações patrimoniais, fluxo de caixa, mutações, notas explicativas.	A questão estabelece conceitos e apresenta as demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público conforme a norma?	Esta norma sofreu alterações da Resolução 1.437/2013 e da NBC T 16.6 (R1)
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis	Consolidação, dependência, orçamentária, regimental, unidade contábil.	A questão estabelece conceitos, e procedimentos para consolidação das demonstrações contábeis no setor público conforme a norma?	

NBC T 16.8	Controle Interno	Controle interno, mapeamento, monitoramento, riscos, procedimentos, prevenção, detecção, estrutura.	A questão apresenta os conceitos e as características do registro e da informação contábil bem como o reconhecimento, as bases de mensuração no setor público e os elementos do plano de contas conforme a norma?	
NBC T 16.9	Depreciação, Amortização e Exaustão	Depreciação, amortização, exaustão, métodos, vida útil, valor residual, valor contábil, valor depreciável amortizável e exaurível.	A questão estabelece conceitos, critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão conforme a norma?	
NBC T 16.10	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público	Avaliação, influência, mensuração, reavaliação, <i>impairment</i> , valor, justo, recuperável, realizável, provisões.	A questão estabelece conceitos, critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público conforme a norma?	Esta norma sofreu alterações da Resolução 1.437/2013.
NBC T 16.11	Subsistema de Informação de Custos do Setor Público	Custo, custeio, subsistema, objeto, investimento, gasto, desembolso,	A questão estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público conforme a norma?	Esta norma sofreu alterações da Resolução 1.437/2013.

Fonte: Elaboração Própria a partir da NBC T 16

Foram coletadas informações sobre os cargos, remunerações, o número de questões, específicas, relacionadas e evidentemente as alinhadas, que é o objetivo deste trabalho.

Após a leitura de toda amostra, os dados das variáveis foram colocados em postos, então foi feito a correlação de *Spearman* para verificar se existe uma associação significativa entre as variáveis, Banca, Esfera, Cargo, Remuneração, Vagas e Normas.

Utilizou-se para análise de correlação *Spearman* o *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Foi estabelecido para a análise de correlação de *Spearman* um nível de significância de 1%.

O coeficiente de correlação *Spearman* é uma correlação de postos e demonstra a intensidade dessa correlação, quanto mais próximo de 1 maior a correlação positiva, quanto mais próximo de -1 maior a correlação negativa (VIALI, 2004).

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ANÁLISE DOS DADOS GERAIS

Quanto à análise dos dados, o primeiro passo foi verificar nos editais quais cargos atendiam aos requisitos definidos para a amostra. Foi feita a filtragem dos cargos que exigem o diploma de graduação em Ciências Contábeis e destes, aqueles que exigiam as NBCASP. A Tabela 2 mostra a quantidade de concurso que atendeu aos critérios da amostra.

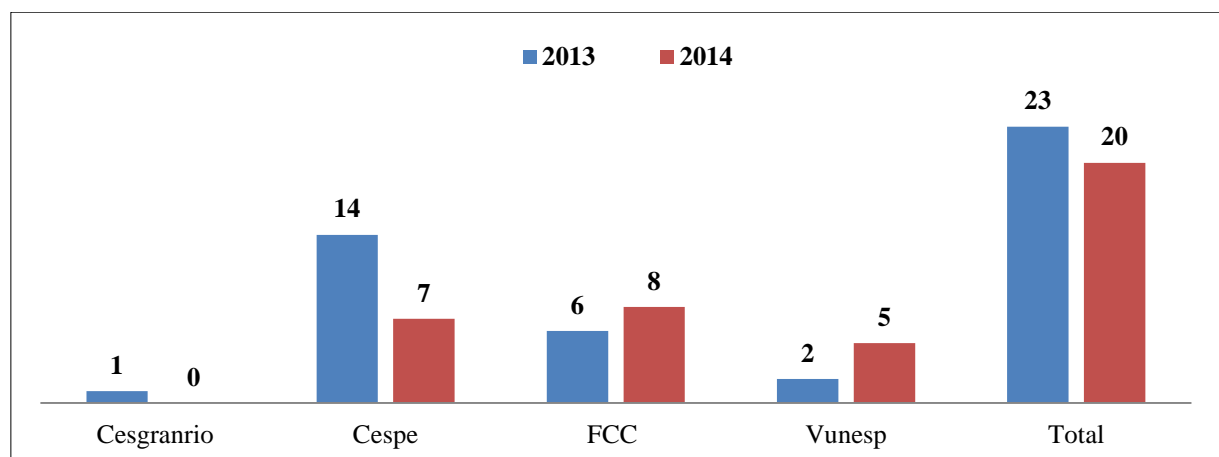
Tabela 2 – Quantidade de concursos que atenderam aos critérios para a amostra

Banca organizadora	Quantidade de concursos	Porcentagem
Cesgranrio	1	2,3%
CESPE	21	48,8%
FCC	14	32,6%
Vunesp	7	16,3%
Total	43	100%

Fonte: Elaboração Própria a partir dos Editais

No Gráfico 1 tem-se a quantidade de concursos da amostra, realizados por ano e por cada uma das bancas.

Gráfico 1 – Concursos realizados em 2013 e 2014 por banca



Fonte: Elaboração Própria

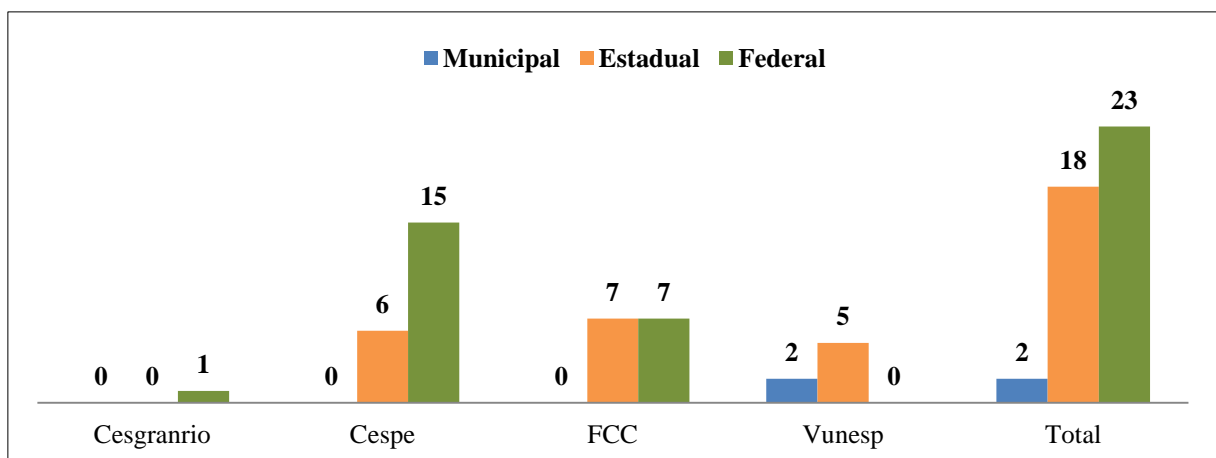
Nota-se um equilíbrio em relação ao total de concursos em cada ano. Em 2013 constatou-se a realização de 53,5% dos concursos, isso, em razão do maior número realizado pelo CESPE, que correspondeu a 60,9% do mesmo ano. No período, 2013 e 2014 o CESPE foi a banca mais atuante com 48,8% dos 43 concursos, como mostra a Tabela 2.

A FCC aparece em segundo lugar com 32,6 % dos concursos realizados no período 2013 e 2014, já a Cesgranrio mostrou-se pouco atuante, realizando apenas 1 concurso, conforme os critérios da amostra. Corrobora-se a pesquisa realizada por Nóbrega *et al* (2009), quando afirmam que o CESPE é a banca organizadora mais atuante, além de realizar concursos em todo o país.

Quanto à esfera pública dos concursos, os cargos para Órgãos Públicos, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações Públicas e Autarquias, por exemplo, foram classificadas de acordo com o âmbito em que estão vinculados, ou seja, Municipal, Estadual, e Federal. Não houve nenhum concurso classificado como Distrital, portanto, esta esfera não foi considerada.

Assim, empresas públicas como a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) vinculada ao Ministério de Minas e Energias (MME) e fundações públicas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vinculado ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) foram classificadas como “Federal”, pois seus recursos e capitais pertencem total ou parcial à União e estão sobre sua administração seja ela, direta ou indireta.

Gráfico 2 – Concursos realizados por esfera da Administração Pública



Fonte: Elaboração Própria

Dos 43 concursos, 23 foram enquadrados na esfera Federal, isso corresponde a 53,5% do total. A maior parte dos concursos do âmbito Federal foram feitos pelo CESPE, cerca de 65,2%. A Vunesp foi a única a realizar concursos municipais, que tiveram pouca participação, cerca de 4,6% do total. Os concursos classificados como Estadual apresentaram certo equilíbrio entre o CESPE, a FCC e a Vunesp. Ao todo foram 18 concursos para cargos da esfera Estadual, que correspondeu a 41,9%.

Em relação às vagas e cargos constatou-se um total de 193 vagas para 16 cargos distintos em 43 concursos. Ressalta-se que alguns concursos foram abertos para o cadastro de reserva, conforme descrito em seus editais.

Tabela 3 – Distribuição dos cargos e suas vagas

Cargos	Bancas organizadoras				Total	Porcentagem
	Cesgranrio	CESPE	FCC	Vunesp		
Agente de Defensoria Pública			3		3	1,6%
Analista Contador		14	7		21	10,9%
Analista Administrativo		9			9	4,6%
Analista de Controle Externo			6		6	3,1%
Analista de Gestão	3				3	1,6%
Analista Executivo		6			6	3,1%
Analista em Geociências		10			10	5,2%
Analista Judiciário		13	29	1	43	22,3%
Analista Legislativo			4		4	2,1%
Analista Organizacional				1	1	0,5%
Analista Técnico Educacional			2		2	1%
Auditor de Controle Externo		4			4	2,1%
Contador		57	6	10	73	37,8%
Especialista em regulação		1			1	0,5%
Gestão Financeira		6			6	3,1%
Técnico de Suporte		1			1	0,5%
Total	3	121	57	12	193	100%

Fonte: Elaboração Própria

O CESPE, em razão do maior número de concursos atua com as instituições que oferecem o maior número de vagas, 121 das 193, que corresponde a 62,7% do total de vagas. A FCC representa 29,5% das vagas, a Vunesp 6,2% e a Cesgranrio 1,6%. O destaque fica para os cargos de Contador com 37,82%, Analista Judiciário com 22,28% e Analista Contador com 10,9% do total de vagas. As vagas para analista de um modo geral são significativas, correspondem a 54,4% das 193 vagas.

Para analisar a remuneração dos cargos criou-se uma classificação de A à F que equivalem a faixas de remuneração estabelecida, como mostra a Tabela 4. As faixas foram estabelecidas pelo próprio autor, e tem como intuito verificar as classificações mais frequentes

e, além disso, auxiliar na verificação de uma possível correlação entre cargos e remunerações, e, normas e remunerações (esta análise de correlação será demonstrada na página 33 e 34).

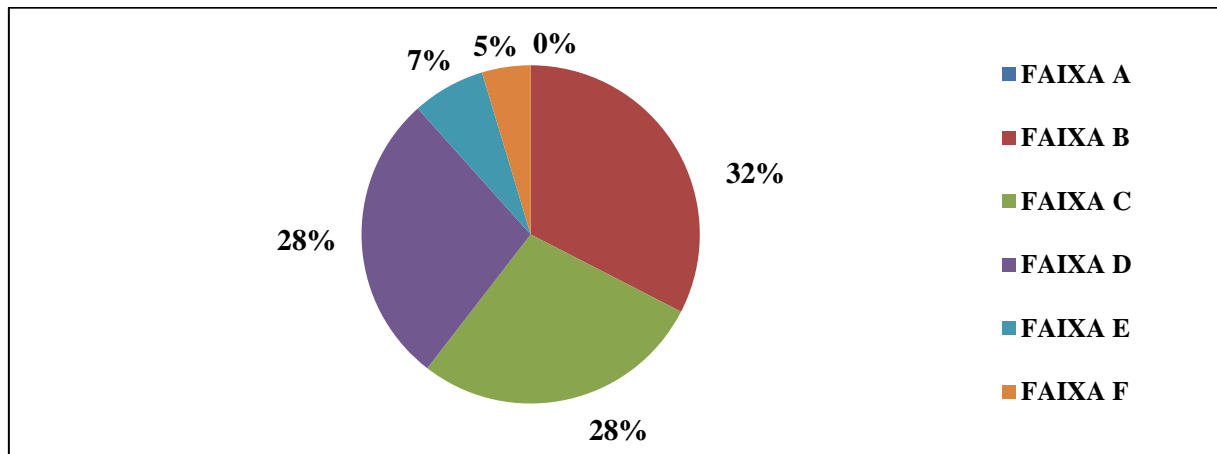
Tabela 4 – Classificação das remunerações

Classificação correspondente	Faixa de Remuneração
A	Até R\$ 2.000,00
B	de R\$ 2.000,01 a R\$ 4.000,00
C	de R\$ 4.000,01 a R\$ 6.000,00
D	de R\$ 6.000,01 a R\$ 8.000,00
E	de R\$ 8.000,01 a R\$ 10.000,00
F	acima de R\$ 10.000,01

Fonte: Elaboração Própria

Com base nesse parâmetro, constatou-se que as classificações mais presentes foram “B”, “C” e “D” com 32%, 28% e 28% dos concursos realizados respectivamente, como exibe o Gráfico 3 abaixo. Significa que 88% dos cargos estão na faixa B à D, ou seja, cargos com remunerações que vão de R\$ 2.000,01 à R\$ 8.000,00. Não houve concurso que estivesse na faixa “A” e somente 12% dos cargos possuem remuneração acima de R\$ 8.000,00.

Gráfico 3 – Frequência das Faixas de Remuneração



Fonte: Elaboração Própria

O Gráfico 3 revela ainda que as remunerações são atrativas, pois cerca de 68% dos cargos oferecem remunerações iguais ou superiores à média salarial de um contador no país, que segundo a Catho (2015) é de R\$ R\$ 4.534,52.

4.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO

Quanto à análise de correlação pelo coeficiente de *Spearman*, a Tabela 5 revela a associação entre as variáveis testadas. Considerando um nível de significância de 1%, aqueles que apresentaram Valor-P menor que este nível apresentaram correlação.

Tabela 5 – Correlação entre as variáveis

Variáveis	Variáveis									
	Banca		Esfera		Cargo		Remuneração		Vagas	
	Coef.	valor-P	Coef.	valor-P	Coef.	valor-P	Coef.	valor-P	Coef.	valor-P
Banca	---	---	0,516	0,000	0,321	0,000	0,183	0,000	-0,227	0,000
Esfera	0,516	0,000	---	---	0,271	0,000	-0,088	0,005	-0,056	0,074
Cargo	0,321	0,000	0,271	0,000	---	---	0,046	0,148	0,296	0,000
Remuneração	0,183	0,000	-0,088	0,005	0,046	0,148	---	---	-0,115	0,000
Vagas	-0,227	0,000	-0,056	0,074	0,296	0,000	-0,115	0,000	---	---

Fonte: Elaboração Própria feita no SPSS

Embora seja uma correlação razoável, de todas as variáveis, Banca e Esfera apresentaram a maior correlação, com coeficiente de 0,516. Considerando a classificação das variáveis em postos, infere-se que estas bancas atuem mais nos concursos do âmbito Federal e Estadual.

Cargo e Banca apresentaram uma baixa correlação com coeficiente de 0,321, contudo, isso indica que há uma tendência que determinadas bancas realizem mais concursos para determinados tipos de cargos. Por exemplo, a FCC que realizou 8 dos 13 concursos para analista judiciário, ou seja, 61,5%; e o CESPE que realizou 8 dos 12 concursos para contador, o que corresponde a 66,7%.

Não foi constatado nesta amostra, correlação entre Vagas e Esfera, e Cargo e Remuneração. No que diz respeito a Cargo e Remuneração, ressalta-se que, somente o cargo de analista judiciário demonstrou uma maior frequência na sua faixa salarial, dos 13 concursos, 9 estão na faixa salarial “D”. As demais variáveis apresentaram correlações (positivas e negativas) muito baixas.

De acordo com os editais das 4 bancas, houve 2246 questões voltadas aos conhecimentos específicos no período. Destas, foi constatado nas provas 1009 questões de Contabilidade Pública e Gestão de Finanças Públicas. Por fim, verificou-se 142 questões relacionadas às NBCASP, ou seja, as relacionadas correspondem a 6,3% do total de questões

de conhecimento específico e cerca de 14,1% dos conhecimentos exigidos de Contabilidade Pública e Gestão de Finanças Públicas.

A Tabela 6 expõe que as NBC T 16.6 e NBC T 16.10 foram as mais requeridas nas provas com 19,7% cada. Em seguida, a NBC T 16.2 com 16,2% e as NBC T 16.5 e NBC T 16.11 com 10,6% cada. Nota-se que não houve questões exigindo a NBC T 16.3 e poucas são as questões relacionadas às NBC T 16.7, NBC T 16.8 e NBC T 16.9.

Tabela 6 – NBCASP exigidas

Normas	Banca Organizadora				Total	Porcentagem
	Cesgranrio	CESPE	FCC	Vunesp		
NBC T 16.1	1	9	3	4	17	12%
NBC T 16.2	1	15	3	4	23	16,2%
NBC T 16.3	0	0	0	0	0	0,00%
NBC T 16.4	1	6	0	1	8	5,6%
NBC T 16.5	4	5	2	4	15	10,6%
NBC T 16.6	1	9	8	10	28	19,7%
NBC T 16.7	0	0	2	0	2	1,4%
NBC T 16.8	1	0	0	0	1	0,7%
NBC T 16.9	1	2	0	2	5	3,5%
NBC T 16.10	4	10	8	6	28	19,7%
NBC T 16.11	1	13	0	1	15	10,6%
Total	15	69	26	32	142	100%

Fonte: Elaboração Própria

Respondendo ao segundo objetivo específico, não foram constatadas correlações entre as Normas e as variáveis, Banca, Esfera, Cargo, Remuneração ou Vagas. Isso significa, por exemplo, que nenhuma das normas possui relação com a remuneração como previsto, ou seja, os cargos com maiores remunerações não exigem obrigatoriamente determinadas normas.

Quanto à análise de relação e alinhamento, foi constatado que 100% das questões estão alinhadas, ou seja, as 142 questões que cobraram as NBCASP estão de acordo com as estas. Portanto, não houve necessidade de análise de correlação entre as variáveis “Questões Relacionadas e Questões Alinhadas”.

Isso responde ao problema de pesquisa, pois confirma que as questões elaboradas pelas 4 bancas e que exigem as NBCASP nas provas estão nos conformes da norma. Não foi constatado nos sítios das bancas, recursos por parte dos candidatos para as questões que exigiram as normas.

5 CONCLUSÃO

A concorrência por uma vaga no setor público reflete a grande demanda por estabilidade e melhor remuneração. Considerando o concurso como a porta de entrada para os candidatos, as bancas organizadoras precisam estar de acordo com as normas e doutrinas das quais elaboram suas questões.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo verificar – frente ao processo de convergência das normas de Contabilidade Pública às normas internacionais – se os concursos que exigem o diploma de graduação em Ciências Contábeis, realizados pelas principais bancas organizadoras do país em 2013 e 2014 estão alinhados com as NBCASP.

Conforme os critérios estabelecidos para a amostra, as 4 bancas analisadas realizaram 43 concursos no período para 43 instituições diferentes. O CESPE foi a banca mais ativa, com 48,8%, e a Cesgranrio a menos atuante, pois realizou somente 1 concurso.

Os concursos para o âmbito Federal e Estadual foram os mais frequentes, cerca de 53,5% foram para cargos federais e 41,9% para cargos estaduais. A Vunesp foi a única a realizar concursos municipais que corresponderam a apenas 4,6% dos 43 concursos.

O CESPE foi também a banca mais participativa em concursos da esfera Federal, com 65,2% dos concursos destes. Quanto à esfera Estadual houve certo equilíbrio entre o CESPE, a FCC e a Vunesp. O único concurso realizado pela Cesgranrio foi Federal.

Das 193 vagas distribuídas entre 16 cargos distintos, o maior número de vagas foi para os concursos realizados pelo CESPE, com 62,7% do total de vagas, seguido pela FCC com 29,5%. Os cargos de Contador e Analista Judiciário foram os mais ofertados, com 37,82%, e 22,28% das vagas respectivamente. As vagas para analistas em geral (Judiciário, Administrativo, etc.) são significativas, e correspondem a 105 das 193 vagas, ou seja, 54,4%. Por outro lado, os concursos para Contador oferecem poucas vagas por concurso.

Em se tratando de remuneração, 68% dos cargos oferecem remunerações superiores a R\$ 4.000,00. Conclui-se que essas bancas elaboram provas para instituições que oferecem remunerações atrativas, iguais ou superiores à média nacional de um contador que é de R\$ 4.534,52. Não houve concurso para remunerações inferiores a R\$ 2.000,00 e cerca de 12% dos cargos possuem remuneração acima de R\$ 8.000,00.

Das 1.009 questões de Contabilidade Pública e Gestão de Finanças Públicas foi constatado 142 relacionadas às NBCASP. Embora não tenha sido constatada correlação entre bancas e normas, as NBC T 16.6 e NBC T 16.10 foram as mais requeridas nas provas com

19,7% cada. Isso significa que questões voltadas às Demonstrações Contábeis do setor público e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público são bastante requeridas.

Por outro lado, poucas questões foram relacionadas às NBC T 16.7 e NBC T 16.8 e nenhuma teve relação com a NBC T 16.3. Assim, questões que envolvam Consolidação das Demonstrações Contábeis, Controle interno e Planejamento sob o Enfoque Contábil são menos frequentes.

A correlação mais significativa encontrada foi entre as variáveis Banca e Esfera com coeficiente de *Spearman* de 0,516. Depreende-se assim, que as bancas atuem com maior frequência nos concursos de âmbito Federal e Estadual. Não foi constatado nesta amostra, correlação entre Vagas e Esfera, e Cargo e Remuneração. As demais apresentaram baixa correlação.

Foi constatado que 100% das questões que cobraram as NBCASP estão alinhadas. Conclui-se assim, que as questões elaboradas pelas 4 bancas e que exigem as NBCASP nas provas estão de acordo com as novas normas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a verificação de alinhamento entre os concursos realizados pelas 4 bancas e as orientações dadas no MCASP, por exemplo, procedimentos, classificações e definições (que não se encontram na NBCASP).

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Pricila Anny Tomachski; KRAWULSKI, Eite. **Concurseiros e a busca por um emprego estável**: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 14, n. 2, p. 211-226, 2011.

ALMEIDA, Kátia de. *et al.* Análise da evolução da metodologia utilizada nos artigos publicados na revista: Contabilidade e Finanças – USP. 12ª SEMEAD. FEA – USP. São Paulo. Disponível em :

<<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/639.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2014.

ALVES Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Práxis. 2007. Disponível em: < <http://www.giovannialves.org/DRP.pdf>> Acesso em: 06 fev. 2015.

AMORIM, Diego. **Concurseiros movimentam R\$ 50 bilhões ao ano por vaga no emprego público.** 2014. Correio web. Disponível em: < <http://concursos.correioweb.com.br/app/noticias/2014/10/13/noticiasinterna,33781/concurseiros-movimentam-r-50-bilhoes-ao-ano-por-vaga-no-emprego-publico.shtml#.VXcwwtJViko>> Acesso em: 05 maio 2015.

ANTUNES, Ricardo. POCHMANN, Márcio. **O novo mundo do trabalho. O trabalho no novo mundo.** 2007. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/o-novo-mundo-do-trabalho-o-trabalho-no-novo-mundo>> Acesso em: 03 fev. 2015.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade Pública: Da Teoria à Prática.** São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei Federal n. 8112, de 11 de Dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 1990.

_____. **Lei Federal n. 12990, de 09 de Junho de 2014.** Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jun. 2014.

CARVALHO, Rafael de Moura Fé; LIMA, Diana Vaz de; FERREIRA, Lucas Oliveira Gomes. Processo de Reconhecimento e Mensuração do Ativo Imobilizado no Setor Público face aos padrões contábeis internacionais: Um estudo de caso na Anatel. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 3, p. 62 – 81, Blumenau, jul./set., 2009.

CATHO. **Uma Nova Era da Contabilidade Governamental.** [Baruerí]. 2015. Disponível em: <<http://www.catho.com.br/profissoes/>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

CAVALLINI, Marta. Saiba como são escolhidas as entidades responsáveis pelos concursos. 2011. São Paulo. Disponível em:< http://g1.globo.com/Noticias/Concursos_Empregos/0,,MUL1420670-9654,00.html>. A-so em: 16 nov. 2014

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). A Nova Contabilidade dos Municípios. Brasília. 2010. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/cartilha.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis** – 2009. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/uparq/proposta.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Normas Internacionais de Contabilidade Para o Setor Público**. 2ª ed. 2010. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/ipsas2010_web.pdf>. Acesso: 13 out. 2014.

_____. Resolução CFC nº. 1.437, de 22 de Março de 2013, altera, inclui e exclui itens das NBCs T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1437.doc>. Acesso em: 02 nov. 2014

_____. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) - NBC T 16**. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/Confirmacao.aspx>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL (CRC-RS). **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público sob a ótica das IPSAS: um estudo comparativo**. 2ª ed. 2014. Porto Alegre. Disponível em: <www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_NBCASP.pdf>. Acesso em: 24 maio 2014.

CRUVINEL, Daniel Pereira; LIMA, Diana Vaz de. **Adoção do Regime de Competência no Setor Público Brasileiro sob a Perspectiva das Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade**. REPEC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v. 5, n. 3, art. 4, p. 69-85, set/dez. 2011.

DALLARI, Adilson Abreu. Princípio da Isonomia e Concurso Público. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**. Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia. n.6. jun. 2006. Disponível em: <<https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/39/principioisonomia.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IFAC *International Federation of Accountants*. **About IPSASB**. Disponível em: <<http://www.ipsasb.org/about-ipsasb>>. Acesso em: 06 jun. 2015a.

IFAC *International Federation of Accountants*. **IPSASB Publishes IPSASs on Accounting for Interests in Other Entities**. Disponível em: <<http://www.ifac.org/news-events/2015-01/ipsasb-publishes-ipsass-accounting-interests-other-entities>>. Acesso em: 28 maio 2015b.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. *et al.* Uma investigação sobre as expectativas dos estudantes e o seu grau de satisfação em relação ao curso de Ciências Contábeis. 2007. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Ano 04, v.1, n. 8. p.121-138. de julho a dezembro de 2007.

LIMA, Diana Vaz de. **A IFAC e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público**. Jornal CRC-DF. Brasília. Edição Nº 98 - Janeiro / Fevereiro de 2011.

LIMA, Diana Vaz de; SANTANA, Cláudio Moreira; GUEDES, Marianne Antunes. As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 2, p. 15 – 23, Brasília, 2009.

MARINELLI, Roberto Passos. O alinhamento entre a Proposta Nacional elaborada pelo Conselho Federal de Contabilidade e o conteúdo exigido em provas para cargos públicos. Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/1451/1/Rosana%20Marinelli.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

MARTINS, Lino. NBCASP: **A grande reforma na Contabilidade Pública**. Blog do Prof. Lino Martins da Silva. Texto publicado em 03 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://linomartins.wordpress.com/2008/12/03/nbcasp-a-grande-reforma-na-contabilidade-publica/>>. Acesso em: 27 set. 2014.

NASCIMENTO, Heriberto Henrique Vilela do; BOTELHO, Ducinéli Regis. LIMA, Diana Vaz de. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Governamental: **Análise e comparação das estruturas das normas brasileiras atuais e propostas**. 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/274/217>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

NASCIMENTO, Leonardo Silveira do. **Contabilidade Patrimonial Integral no Setor Público: os parâmetros, desafios e benefícios de sua implementação no Brasil**. Brasília: ESAF, 2008.

NOBREGA, Thaíse Corcino da. *et al.* **O que se exige na área de contabilidade pública em concurso público?** In: XI CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. 397. 2011. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos112011/397.pdf>>. Acesso: 25 set. 2014.

NOGUEIRA, Roberto Passos. **Novas tendências internacionais da força de trabalho do Setor público: o Brasil comparado com outros países**. Universidade de Brasília. Brasília. 2005.

O'NEILL Jim. *Building Better Global Economic BRICs. Global Economics Paper nº 66. London*. 2001. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

PWC. **Uma Nova Era da Contabilidade Governamental**. [São Paulo]. 2013. Disponível em: <<http://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/setores-atividade/servico-governo-setor-publico/tl-ipsas-survey.jhtml>>. Acesso em: 22 out. 2014.

ROSA, Maycon Peter da. **O perfil do egresso do curso de ciências contábeis da UFRJ: 2004-2008**. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=170782>. Acesso em: 23 nov. 2014.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHMIDT, Paulo. *et al.* Perfil dos alunos do curso de ciências Contábeis de instituições de ensino do sul do Brasil. 2012. **Revista Contexto**. Porto Alegre. v. 12, n. 21, p. 87-104, 1º semestre 2012.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 5ª. ed. Brasília: STN, 2013a.

_____. **Nova Contabilidade e Gestão Fiscal: Modernização da Gestão Pública**. Brasília: STN, 2013b.

_____. **Sobre o Tesouro Nacional**. Disponível em: < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/sobre-o-tesouro-nacional>>. Acesso em: 09 out. 2014.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SOARES, Maurélio; SCARPIN, Jorge Eduardo. A convergência da contabilidade pública nacional às normas internacionais e os impactos na aplicação da DRE na administração direta. **Revista Catarinense de Ciências Contábeis**, Florianópolis, v. 9, n. 27, p. 25-42, ago./nov. 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DO MATO GROSSO (TCE-MT). **A Nova Contabilidade Pública: Importância, Mudanças e Responsabilidade**. [Cuiabá]. 2011. Disponível em: <www.tce.mt.gov.br/conteudo/download/id/23287>. Acesso em: 30 out. 2014.

VALLE Patrícia Oom do; REBELO Efigênio. **O Uso de Regressores Dummy na Especificação de Modelos com Parâmetros Variáveis**. Instituto Nacional de Estatística (INE). Revista de Estatística. 3º quad. Vol. III (2002), p. 17-41.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em Administração**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas. 2006.

VIALI Lori. **Estatística não-paramétrica**. [Porto Alegre]. 2004. Disponível em: < http://www.pucrs.br/famat/viali/graduacao/producao/inferencia/material/apostilas/Testes_NP.pdf> . Acesso em: 28 maio 2015

VIANA, Clilson Castro; **Ensino de Contabilidade nas Instituições de Ensino Superior do Amazonas: Análise quanto à Adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**. **Revista do Mestrado Profissional Gestão em Organizações Aprendentes**. João Pessoa, v.1, n.1, p. 95-122, 2012.

WORLD BANK. **Gross domestic product 2013**. Published on April 14, 2015. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2015.